

**Memória da Reunião Ordinária do CIAMPRua/PR – 11/10/2022**

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47  
48

No décimo primeiro dia do mês de outubro de 2022, às 09h, deu-se início à Reunião Ordinária do mês de outubro de 2022, presencial e *on-line*, realizada na plataforma Conferência da CELEPAR, do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política para a População em Situação de Rua do Estado do Paraná - CIAMPRua/PR. Fizeram-se presentes: **Representante Titular Governamental:** Dulce Maria Darolt (SEJUF/DEJUDH); Rosane Souza Freitas (SESA/DAV); Patrícia Cavichiolo Tortato (SEJUF/DAS/DPSE); Delvana Lucia Oliveira (SEED); **Representante Titular Sociedade Civil:** Nazaré de Campos Stihaenco (Ação Social Diocesana Bom Samaritano Procopense); Francieli Ramos Padilha (Casa da Acolhida Ponta Grossa); Júlia Stefania Bezerril Miranda (OAB/PR); **Representante Suplente Sociedade Civil:** João Victor da Silva (CRP PR); Giovanna Prezutti Denardi (OAB/PR). **Convidados Especialistas/Parceiros/Colaboradores:** Giovanna Kucaniz (CAOPJDH); Matheus Mafra (DPPR/NUCIDH); Angélica Rein (SEJUF/DEJUDH); Taisa da Motta Oliveira (NUCIDH). **01.Abertura:** Às nove horas a coordenadora Dulce iniciou a reunião utilizando dos dez minutos regimentais, aguardando assim o quórum para o início. Depois do decorrido prazo a reunião iniciou-se às 09h10mts dentro do período regimental. Os participantes presentes e online estão com seus nomes assentados acima. Ausentes sem justificativa: titular Leonildo Monteiro (MNPR) e seu suplente Carlos dos Santos. **02. Aprovação da Pauta:** Dulce saúda a todos, glorificando a Deus por mais uma reunião, trazendo boas palavras de afirmação e incentivo ao comitê e por tudo que tem-se feito apresentando a Pauta com os seguintes pontos: *01.Abertura; 02.Aprovação da Pauta; 03.Memória da reunião ordinária do mês de Setembro de 2022 do CIAMPRua/PR, para aprovação; 04. O enfrentamento da hanseníase na população em situação de vulnerabilidade (cerca de 10 minutos); 05. Apresentação do Relatório da Comissão do Plano Estadual – Nazaré; 06. Informe – Termo de Cooperação Técnica – atendimento psicológico; (Dulce pede para inserir o ponto de pauta n 06.1, como não houve manifestação considerado **aprovado**) 06.1 Ofício criança e adolescente; 07. Informe Eleições CIAMP – SEJUF; 07.1. Declaração Tenente Azolini; 08. Informes de Membros e gerais; 09. Encerramento.* Dulce explica a pauta aos presentes, todos de acordo, pauta **aprovada**. **03.Memória da reunião ordinária do mês de Setembro de 2022 do CIAMPRua/PR, para aprovação:** Dulce espelha a Memória da Reunião Ordinária do Mês de Setembro em tela, todos de acordo, memória **aprovada**. **04. O enfrentamento da hanseníase na população em situação de vulnerabilidade:** Rosane/SESA e Dr<sup>a</sup>Ana trazem esse assunto sobre a hanseníase, a pessoa em situação de rua e seu agravo. Ana inicia se apresentando e informando que no Paraná temos o maior número de pessoas com hanseníase. O Brasil só perde para a Índia em quantidade de casos e se é complicado para a população normal, imagine para a população em situação de rua. Ana e Rosane compartilham na tela uma cartilha informativa sobre a hanseníase. João Victor considera esse tema muito importante a ser abordado dentro da PSR. Rosane fala que precisamos trazer essa sensibilização a população em geral e a população em situação de rua sobre a temática e concorda com Ana sobre o problema de diagnósticos tardios, pois essa doença é negligenciada. Trazer esse assunto como pauta na reunião é refletir como está o cuidado com a PSR sobre a hanseníase e se estão conseguindo dar continuidade ao tratamento. Patrícia pede a palavra e pergunta se é pensado algo em relação aos equipamentos da assistência social que essa população frequenta e se há nesses locais a contribuição da propagação da doença ou orientações. Ana a responde que atualmente não há nenhum programa voltado por parte da assistência, algo que precisa ser pensado no âmbito das questões a serem abordadas; já na questão dos equipamentos de saúde está bem estruturado, mas precisa ainda articular entre todas as esferas. Rosana complementa que o material compartilhado sobre o assunto será enviado ao e-mail do CIAMP junto a outras orientações, pedindo ao CIAMP distribuir aos municípios do Comitê e ressalva que se a pessoa PSR indo a um equipamento e identificando a doença, o mesmo é encaminhado a uma Unidade de Saúde para que seja acolhido e passe por atendimento. Matheus pede a fala e pergunta se existe algum registro de como evitar as contaminações dentro dos locais de atendimento. Ana informa que não existe esse tipo dado, sendo difícil já que essa doença é de longa incubação e há pessoas que podem levar de dois a quinze anos para manifestar a doença. O que



COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO  
E MONITORAMENTO DA POLÍTICA DA POPULAÇÃO EM  
SITUAÇÃO DE RUA DO ESTADO DO PARANÁ

5

49 pode considerar são os contatos mais frequentes e íntimos, ou mesmo uma pessoa com a doença há mais  
50 tempo, tendo alta incubação bacilar pode infectar com mais facilidade; porém, com contato íntimo, como em  
51 familiares e pessoas próximas. Se tratando de pessoas em situação de rua se torna mais difícil ainda saber de  
52 seu histórico. Então Ana sugere procurar lugares mais endêmicos através de alguns sistemas do SUS. Júlia  
53 (OAB) comenta que a informaram que uma das transmissões é através da carne do animal tatu e o mesmo  
54 não se contamina, mas ao ser consumido pelo ser humano este desenvolve a doença. Ana confirma que esse  
55 animal é um transmissor da doença por portar o bacilo resistente e que há um estudo na cidade de  
56 Guaraqueçaba que ocorre muitos casos de hanseníase, onde se consome essa carne. Dulce trás que esta  
57 informação nunca havia ouvido falar. Taisa pergunta se as casas de passagem recebem a pessoa quando ela  
58 não tem mais o fator de transmissão da doença. Ana a responde que após passar pelo tratamento de  
59 poli quimioterapia ela já cessa a transmissão e além analisar a pessoa também é preciso observar as pessoas  
60 com quem ela se relacionava. Taisa pergunta em relação ao tratamento, se há desistências por se tratar de um  
61 tratamento longo. Ana a responde que existem algumas desistências, porém é muito difícil, pois existe uma  
62 rede de controle. Nazaré pergunta se o tempo de incubação é transmissível; Ana a responde que sim. Dulce  
63 então indaga como seria possível a percepção nas unidades de saúde se há ou não essa doença em pessoas em  
64 situação de rua e se tem agentes de saúde que façam busca ativa. Ana fala que em alguns estados estão  
65 vinculados ao consultório de rua para a avaliação inicial, porém no Paraná não existe nenhuma ação  
66 registrada. Dulce pergunta quais são as modalidades de transmissão, recebendo a resposta que é respiratória  
67 com contato íntimo e prolongado, precisando receber essa carga de bacilos em grande quantidade para ser  
68 contaminado. Rosane complementa que no Paraná temos quatro municípios que fazem o atendimento de  
69 consultório na rua específico a PSR, sendo importante refletir sobre os atendimentos para além de serem  
70 regionais, poderem também ter uma cobertura em cada local. Então se algum equipamento perceber a doença  
71 pode indicá-lo para tratamento. Matheus diz que seria importante o registro no momento do diagnóstico, e se  
72 houvesse a possibilidade de ter um campo para preenchimento informando ser PSR, a partir desses dados  
73 trabalharem nas políticas públicas e sociais; concordando Ana que isso é algo importante de ser registrado, e  
74 que o tratamento precisa desse acompanhamento. No caso de uma mulher engravidar no uso dessas  
75 medicações, pode trazer deformidades ao feto e precisaria de um contraceptivo injetável para realmente não  
76 engravidar durante o tratamento. Giovana pede desculpas por ter perdido o começo e pergunta se existem  
77 campanhas para detecção e a orientação e Ana a responde que existem campanhas, mas muito fragilizadas;  
78 existindo o Janeiro Roxo que promove a prevenção da população. Dulce considera importante se conseguisse  
79 inserir no MP a necessidade de colocar esse campo dentro da área dos públicos atingidos para ter a  
80 visualização de números, isso para uma possível necessidade de levantamentos. Ana concorda ser uma ótima  
81 sugestão e que entrará em contato com o MP para ver como funciona. Dulce pergunta se o comitê quer fazer  
82 alguma demanda diante da situação que fora trazida. Ana agradece o espaço para poder falar sobre essa  
83 doença que é tão estigmatizada e pede a contribuição de todos para divulgação do material. Dulce agradece a  
84 SESA e a presença da Dr<sup>a</sup> Ana por trazerem esse assunto com qualidade. Informa que sendo disponibilizado  
85 o material, a Secretaria Executiva pode reenviar aos Membros para darem publicidade em suas redes de  
86 comunicação – **aprovado**. E se houver outras demandas em cima dessa temática, repassamos para a Rosane.  
87 Seguindo para o próximo ponto de pauta, segue o ponto **05. Apresentação do Relatório da Comissão do**  
88 **Plano Estadual – Nazaré:** Nazaré inicia a leitura da relatoria número 23, segue em *itálico*: “*Relatoria da*  
89 *23ª reunião da CT do Plano Estadual Decenal para a PSR e 12ª de 2022, realizada no dia 15 de setembro*  
90 *das 09:00h às 11:00h, com a proposta de estudo do Eixo Moradia, Habitação e Desenvolvimento Urbano.*  
91 *Estiveram presentes: Dulce Maria Darolt - SEJUF/DEJUDH; João Victor da Silva - CRP/PR; Angélica*  
92 *Rein - SEJUF/DEJUDH; Nazaré de Campos Stihaienco - Bom Samaritano de Cornélio Procópio/PR; João*  
93 *Paulo Reis Ribeiro - Advogado/SEJUF/DEJUDH; Taisa da Mota Oliveira - NUCIDH/DP/PR; Giovana*  
94 *Kucaniz - MP/PR; Emanuelly Alves - Assistente do Serviço Social DP/PR; Orlando Bonette - SEDU/PR; e*  
95 *Izabel Maria Gouveia Benvenuti, Rodrigo Baltar Auffinger, Rafael de Lima Borba, os três representando a*  
96 *COHAPAR. Iniciando, a coordenadora Sra. Dulce Maria Darolt deu as boas-vindas e na sequência todos se*  
97 *apresentaram. Dulce fez uma breve introdução sobre os trabalhos do dia, explicando o método de trabalho*  
98 *da comissão, para que os técnicos representantes do eixo pudessem se situar. Falou sobre a liberdade que*

99 cada órgão tem para fazer as modificações nas propostas de ações estabelecidas no plano, conforme as suas  
100 atribuições e como cada um colocaria suas metas, prazos, monitoramento das ações e também seus  
101 responsáveis. Que a CT estaria auxiliando na composição desses itens. Disse que não dividiu as ações do  
102 eixo porque não sabiam quais seriam da SEDU e quais seriam da COHAPAR. Lembrou que havia enviado  
103 para todos a proposta do eixo original, mas que no dia anterior a DP o retornou com algumas inserções.  
104 Foi espelhado o eixo e a representante da DP falou sobre a substituição do nome, de Moradia, Habitação e  
105 Desenvolvimento Urbano, para Direito a Moradia e a Cidade. Citando alguns autores disse que este termo  
106 ficaria mais condizente com a nova conceituação sobre o direito a cidade, também que este conceito  
107 apareça no plano estadual. Foi feita alteração na ação 2.3. Incluir critérios de priorização das pessoas em  
108 situação de rua, nas políticas públicas, programas, ou ações habitacionais. Taísa justificou a alteração  
109 dizendo que ao discutir os critérios desta ação, deveríamos pensar em propostas de priorização, de  
110 segmentos sociais em situação de rua tais como: pessoas idosas, deficientes, mulheres em violência e  
111 famílias. Citou o conjunto habitacional para idosos e sugeriu que talvez pudesse estar pensando em algo  
112 parecido para a PSR. Izabel disse que o entendimento da equipe técnica da COHAPAR para a área social, é  
113 que se deve viabilizar acesso à moradia para a PSR, mas sem construir empreendimentos apenas para este  
114 segmento, para não gerar uma ação segregadora. Rodrigo disse que o entendimento da COHAPAR é inserir  
115 as pessoas em situação de rua nos demais empreendimentos habitacionais com população em geral e não  
116 somente em situação de rua. Defendeu que quando se faz um mix de pessoas com vários tipos de perfis, a  
117 possibilidade de crescimento é muito maior. Que entre os critérios de priorização de famílias, um deles é  
118 família em situação de risco, desabrigada ou em condições insalubre e neste critério está enquadrada a  
119 PSR, mas dentro dos critérios usuais que é feito normalmente. Na sequência Taísa leu a inserção feita na  
120 proposta 2.5 - Criar e implementar política pública, programa ou ação, incluindo o projeto Housing First,  
121 ou seja, garantia de moradia, habitação como primeira etapa de atendimento das pessoas em situação de  
122 rua, antecedendo os serviços das demais políticas públicas. Em seguida continuou com a leitura sobre o  
123 Housing First, que é conceituada como política pública que assegura o acesso imediato de moradia  
124 individual segura, dispersa num território e integrada à comunidade, sendo assegurado durante a  
125 residência acompanhamento técnico dos usuários e pagamento de aluguéis proporcionais à renda dos  
126 usuários. Izabel disse que tem acompanhado há bastante tempo a efetividade das políticas públicas, a PSR e  
127 a inserção dessa população em todas as políticas relacionadas; tendo preocupação em relação à garantia  
128 de ser de imediato, a moradia. Que vê uma limitação muito grande de vagas nos centros POP, repúblicas,  
129 hotéis sociais e por último a moradia definitiva. Também há impasses causados pela falta de  
130 comprometimento dos técnicos nos encaminhamentos e acompanhamentos. O que se quer é que a PSR tenha  
131 oportunidade de passar por todas as políticas públicas e se integrar nos programas a elas existentes seja  
132 federal, estadual ou municipal. Se não conseguirmos a garantia das demais políticas não conseguiremos  
133 garantir o acesso dessa população a uma moradia digna e definitiva e a efetividade do Moradia Primeiro  
134 tem que ser extremamente amarrada com os municípios, porque muitos dos projetos da COHAPAR são  
135 executados em parceria diretamente com os mesmos, sendo os recursos federais ou internacionais. Izabel  
136 falou que o fato de ter esse programa já delineado pelo governo federal, será uma grande porta para  
137 cobrarmos do órgão gestor a efetividade e alocação de recursos para a aplicação em programas e projetos  
138 voltados para a PSR e solicitou que a coordenadora falasse um pouco mais sobre o programa Moradia  
139 Primeiro do governo federal e uma verba que teria vindo para um projeto piloto em Curitiba. Dulce lembrou  
140 a todos, que enviou aos Membros do CIAMP resolução que saiu do Ministério da Mulher, Família e Direitos  
141 Humanos, que prioriza a modalidade Housing First para ser implementada no Brasil, para ser  
142 disponibilizada às pessoas em situação de rua, por já ter dados certo em diversos outros países. Sobre as  
143 verbas, disse que até hoje não existe um fundo, ou previsão orçamentária para este projeto. Só existem  
144 algumas verbas legislativas, que também a sociedade civil consegue captar. O estado não conseguiu nada  
145 até agora, porque as nossas legislações não batem para este tipo de programa. Que a PGE está analisando  
146 a situação. Giovana contribuiu dizendo sobre a instabilidade e entrave dos recursos pleiteados via emendas



**COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO  
E MONITORAMENTO DA POLÍTICA DA POPULAÇÃO EM  
SITUAÇÃO DE RUA DO ESTADO DO PARANÁ**

10  
147 parlamentares, que não assegura a implantação de um programa, sendo importante saber que não tem  
148 projeto governamental estruturado de moradia primeiro. Neste plano é importante falar em fomento, em  
149 articulação e em projeto estruturado. O Moradia Primeiro é uma ação que não dá para estruturar agora,  
150 mas fomentar é uma estratégia que já é possível realizar. São dois assuntos que precisam ser separados,  
151 sugerindo ver a possibilidade de programar a elaboração de um projeto intersetorial, Interpolíticas ou até  
152 Interinstitucional talvez, no sentido do fomento da moradia. Sente que é como começar do zero. Disse que  
153 poucas pessoas já ouviram falar qual é a metodologia do Moradia Primeiro, que é muito interessante. Que  
154 existe um departamento dentro do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos e lá trabalha o Carlos  
155 Alberto Ricardo, que está neste setor há vários anos e conhece tudo da política, e poderia passar as  
156 informações para o grupo através de lives. Ele conhece as experiências internacionais. É importante  
157 assegurar a narrativa do Moradia Primeiro no plano e a intersetorialidade. Dulce Lembrou das discussões  
158 que já vem acontecendo a tempos. Que tem colocado no grupo do CIAMP todas as informações sobre este  
159 projeto, para que a sociedade civil e governamental possam estar cientes. O Projeto Housing First já existe  
160 em 23 países e em alguns já está dando certo. Que o comitê nacional já viajou para outros países em busca  
161 de conhecimento, que teve conferência internacional sobre o Moradia Primeiro. E que em Porto Alegre está  
162 implantado com uma modalidade diferenciada. Lembrou que no plano já tem ações que envolvem este  
163 projeto, pediu que focássemos naquilo que nós enquanto Estado devemos fazer. A proposta é que o órgão se  
164 proponha a começar a discutir o Moradia Primeiro ou outras modalidades possíveis dentro da legislação.  
165 Orlando disse que faz parte do Conselho Estadual de Habitação de Interesse Social junto com a COHAPAR,  
166 representando a SEDU. Disse que este tema deveria ser inserido também neste conselho, para criar um bom  
167 debate, construir e unificar propostas. Falou do fundo estadual da habitação de interesse social, ver dentro  
168 da legislação as fontes de recursos. Sugeriu encaminhar as propostas do plano para ser debatidas. Izabel  
169 sugeriu que após terminar o eixo habitação o CIAMP poderia encaminhar para o conselho para que este  
170 aprecie e faça algumas contribuições, porque a última fala será do Conselho Estadual de Habitação de  
171 Interesse Social. Taísa sugeriu que o CIAMP poderia avaliar se a discussão deveria passar ou não pelo  
172 conselho Dulce relembrou que cada órgão tem suas atribuições, quem deve levar este assunto para o  
173 Conselho de Habitação é o órgão da habitação. Giovana falou que a sugestão do Orlando é super  
174 pertinente e precisa entrar. É um assunto que está em desenvolvimento, que entrou em contato com Leonildo  
175 para ouvi-lo sobre o tema, que precisava de alguém do movimento naquela reunião, o qual disse estar sem  
176 pessoal para participar, que está muito corrido e informou que no COPED (Conselho Estadual de Direitos  
177 Humanos) o tema está sendo pautado também. Giovana acredita que a discussão que o MNPR está fazendo  
178 com a sociedade civil vai acabar ampliando o tema em vários conselhos. Dulce disse que pode ser colocada  
179 uma meta no plano da PSR, que a COHAPAR insira no Conselho de Habitação a proposta de discussão  
180 sobre o Projeto Moradia Primeiro. Também, iniciar discussões do projeto dentro da instituição por exemplo.  
181 Rodrigo disse que a discussão da importância da casa como um recurso estrutural para todo o resto da vida  
182 da pessoa, a importância da moradia, a importância da política pública de habitação, a COHAPAR já tem  
183 familiaridade, já que é o objeto de trabalho e tem ciência da importância da moradia. As linhas gerais que  
184 estão no plano para atuar com a PSR, a COHAPAR já são aderentes já prioriza este público dentro dos  
185 programas que já existem; Para o Conselho de Habitação de Interesse Social, poderia ser um  
186 encaminhamento um pouco mais objetivo, com alguma proposta, ou então que a proposta seja fomentar  
187 junto a sociedade civil organizada que ali participa, que é uma ação não menos importante que a  
188 construção de ações práticas. Giovana disse que a metodologia do Moradia Primeiro, é uma proposta de  
189 ofertar moradia permanente e acompanhar a pessoa e famílias com as demais políticas públicas até que  
190 consiga autonomia, requer projeto integrado. Citou o INRUA, que pleiteia recursos e tem sua própria  
191 equipe que acompanha as pessoas, que esta prática tem acontecido na sociedade civil. Para implantar isso  
192 no setor público seria necessária a articulação de várias políticas públicas. A ação seria pensar na  
193 elaboração de um projeto estruturado e integrado na discussão com as demais políticas. Porque só colocar  
194 no plano as ações de moradia primeiro, isto não é resolutivo, acha que precisa constar uma movimentação  
195 para esta metodologia. Rodrigo afirmou que este trabalho integrado é essencial para o sucesso. Disse que  
196 acompanhamento com as famílias, a COHAPAR já faz usualmente, além do projeto urbanístico e

197 *arquitetônico tem também o projeto social que é desenvolvido com as famílias que são atendidas. Entende*  
198 *que o acompanhamento à PSR, que está previsto no Moradia Primeiro tem uma especificidade, não vai*  
199 *poder limitar apenas a uma secretaria e por mais que a responsabilidade técnica seja compartilhada, se a*  
200 *condução a mobilização e a gestão não for de algum órgão a coisa não acontecerá. Concorda com a*  
201 *Giovana que deveríamos ser mais propositivos, já pensar em quem puxaria estas ações. Taísa disse que a*  
202 *equipe multiprofissional e multissetorial sugerida, seriam interessantes se a SEDU e COHAPAR*  
203 *coordenasse esta ação. João Vitor disse que se inicialmente estamos falando de debate, de como incentivar a*  
204 *existência desse projeto, precisamos também falar que em algum momento ele vai estar estruturado. Nem*  
205 *que sejam dez anos ele precisa virar uma política de atuação no estado e municípios. Em algum nível*  
206 *precisamos antecipar estes espaços no projeto, pra não ter que daqui a dez anos começar a falar da*  
207 *implementação, que daqui a quatro a cinco anos não mais estejamos em posição de fomentar; mas de*  
208 *implementar o Moradia Primeiro. Disse que conhece um pouco mais a fundo da dinâmica do projeto, e*  
209 *como se está falando de qual secretaria deveria assumir; concorda que é necessário que seja*  
210 *multiprofissional, todos os que pudermos juntar serão úteis nesse processo. Que isto é fundamental para o*  
211 *dinamismo das necessidades que surgirem dentro do programa. Que o momento é difícil e até complicado*  
212 *para a cada secretaria pensar, porque é algo que não está estruturado e estamos falando em projeções até*  
213 *de grandes níveis. Considera talvez a pauta mais importante do plano. Pensando em secretaria concorda*  
214 *que precisa de uma que consiga criar um projeto de articulação com as demais e que todas se articulem*  
215 *entre si. Dulce concorda com João Vitor que de alguma forma deve constar no plano para que seja iniciada*  
216 *a discussão e em algum momento dessa discussão, ter a possibilidade de implementar o projeto. Ressaltou*  
217 *que após as discussões do órgão podemos implementar de acordo com a realidade do Brasil. O que não*  
218 *existe, precisamos começar a conversar dentro do órgão que tem a responsabilidade de moradia. Nós*  
219 *queremos muito que este projeto seja instituído, mas precisamos da expertise de quem conhece. De como*  
220 *fazer; como desenvolver; como instituir. Estamos cientes de todas as dificuldades que todos os órgãos têm*  
221 *para começar um novo projeto. Lembrou que o plano é para dez anos, hoje o órgão não pode fazer; mas*  
222 *pode projetar que em determinado tempo possa prever financeiramente dentro do LOA, dentro do*  
223 *planejamento. Se o estado começar um projeto desse, necessariamente terá que ter previsão orçamentária*  
224 *para poder dar continuidade. No momento só existe previsão de “possível” captação de “possível” verba*  
225 *legislativa, que é ocasional. Talvez tenha que fazer projeto de lei de iniciativa do executivo, para que haja*  
226 *previsão contínua. O Moradia Primeiro é um programa que não tem previsão de término. Referindo-se a*  
227 *questão de levar a discussão para o Conselho de Habitação de Interesse social, Dulce lembrou da fala do*  
228 *Orlando o que disse sobre a aprovação do Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social Urbano,*  
229 *lembrou que o presidente do Conselho de Habitação é o Presidente da COHAPAR. É muito importante que*  
230 *comece a ser discutido dentro desse conselho. Taísa perguntou qual seria o órgão que poderia fomentar a*  
231 *criação do grupo de trabalho integrado, para avaliar a metodologia do projeto moradia primeiro, seria uma*  
232 *atribuição da SEDU, ou da COHAPAR? Normalmente começamos com as apresentações do órgão e hoje*  
233 *começamos direto com o plano. Rodrigo referindo-se ao que Taísa pontuou sobre ter faltado uma*  
234 *apresentação sobre os planos, programas e projetos dos órgãos aos quais os técnicos estavam*  
235 *representando, se comprometeu fazer tal apresentação naquele momento ou no próximo encontro, para*  
236 *todos se alinhar de uma forma mais qualificada. Orlando disse que seria importante a COHAPAR levar*  
237 *para a próxima reunião, o plano estadual de habitação e de interesse social, para pensarmos em conjunto.*  
238 *Rodrigo disse que poderia apresentar um resumo das linhas gerais do plano, quanto a apresentar*  
239 *especificamente os programas que tem em andamento hoje dentro da companhia, quais as formas de acesso*  
240 *e as estratégias que avalia serem as mais efetivas para atingir um determinado perfil de população. Dulce*  
241 *pediu para os técnicos dizerem quais as ações do plano que são da COHAPAR e quais são da SEDU. E*  
242 *quais as atribuições de cada um. Rodrigo disse que além da COHAPAR e SEDU tem atribuições que são*  
243 *municipais. Dulce disse que haverá ações que serão desenvolvidas em parceria com os municípios. Dulce*  
244 *ficou de anexar no plano à proposta que a DP enviou e as propostas originais para ser identificadas pelos*



COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO  
E MONITORAMENTO DA POLÍTICA DA POPULAÇÃO EM  
SITUAÇÃO DE RUA DO ESTADO DO PARANÁ

15

245 *dois órgãos, quais são as atribuições de cada órgão para cada ação proposta e enviaria para os técnicos.*  
 246 *Durante os trabalhos Izabel informou que estão se habilitando num programa internacional do BID que se*  
 247 *chama Vida Nova, que são empreendimentos para desfavelamento, mas também para demandas abertas*  
 248 *para pessoas e famílias em vulnerabilidades sociais, programa que permitiria atender as PSR. Rodrigo*  
 249 *ficou de mandar para a Dulce o material a ser apresentado e Dulce ficou de enviar para todos antes da*  
 250 *próxima Reunião, Inclusive para o MNPR que não pode participar. E Orlando ficou de apresentar o que*  
 251 *concerne a SEDU. Ficou marcada a próxima reunião para dia 26 de setembro as 14:00h. “Nominando a*  
 252 *cada um Dulce agradeceu a todos e encerrou a reunião”.* Finalizando a leitura, todos de acordo, relatoria da  
 253 23º reunião e foi considerada **aprovada**. Dulce informa que a relatoria e a pauta serão enviadas juntas, com  
 254 antecedência, quando possível administrativamente. Indo ao próximo ponto de pauta: **06. Informe – Termo**  
 255 **de parceria técnica – atendimento psicológico**: O Departamento da Mulher ofereceu atendimento  
 256 psicológico para a mulher vitimizada em situação de rua, então foi realizada uma reunião pensando onde e  
 257 como começar esse projeto de atendimento. Foi então realizada uma reunião com apoio da nossa chefia do  
 258 DEJUDH, com o Departamento da Mulher/SEJUF, e o Departamento de Atendimento à PSR da Fundação de  
 259 Ação Social – FAS, da Prefeitura do Município de Curitiba, com as presenças da Sr<sup>a</sup> Grace – diretora, e da  
 260 Sr<sup>a</sup> Márcia – chefe de projetos. A ideia é formalizar um Termo de Cooperação Técnica, entre o Estado e o  
 261 Município de Curitiba. Após o termo ser aceito formalmente, o CRAM fará o atendimento psicológico para  
 262 as mulheres PSR, e o Departamento da PSR de Curitiba fará o encaminhamento e traslado da mulher PSR  
 263 que será atendida, tudo dentro da autonomia do sujeito que aceitar esse atendimento. O CRAM delimita o  
 264 atendimento de até uma (1) mulher PSR por dia, e embora seja apenas uma mulher, é uma mulher que pode  
 265 ser acompanhada na continuidade do tratamento. Além disso os atendimentos serão de acordo com a agenda  
 266 do profissional e a necessidade desse atendimento pela a mulher PSR, prescrita pelo profissional. Dulce  
 267 agradece e explana que se for necessário fazer o encaminhamento, pode-se fazer e diz que a Minuta do  
 268 Termo já escrita, estando em tramitação para a aprovação dos órgãos envolvidos. João Victor pergunta se os  
 269 profissionais têm contato com pessoas em situação de rua. Taisa questiona o funcionamento do CRAM e se  
 270 pode fazer tratamento psicológico naquele local. Dulce explica que o CRAM atende a mulher em violência  
 271 conforme a Lei Maria da Penha e o departamento entende que as mulheres em situação de rua sofrem  
 272 também violência de seus companheiros e outros, e por isso a chefe do departamento fez essa proposta. João  
 273 Victor fala que é preciso verificar se os profissionais que irão ter esse contato se necessitam de alguma  
 274 capacitação, pois o profissional que não esteja acostumado em atender institucionalizados, podem contribuir  
 275 para mais um processo de violência. Taisa complementa dizendo que esse projeto é importante, mas que a  
 276 intersectorialidade com a política da saúde será necessário. Patrícia considera importantíssimo o que o João  
 277 trouxe é a necessidade de pessoas qualificadas e especializadas. Dulce sugere enviar o convite para a Sra.  
 278 Walquíria na próxima reunião, que também é psicóloga, que antes de ser diretora do Departamento dos  
 279 Direitos da Mulher, ela foi a coordenadora do CRAM, e ela pode melhor apresentar como o atendimento será  
 280 feito. João Victor considera importante uma interface com a saúde, pois quando é falado sobre violência com  
 281 a mulher, abrange diversos temas e dificilmente será um atendimento único. Patrícia (DAS) fala que a saúde  
 282 mental dessas mulheres deve ser trabalhada muito bem, tendo ela essa experiência, pois como técnica do  
 283 DAS, atua na área da população de rua e no acolhimento para as mulheres. Patrícia complementa explicando  
 284 que muitas vezes os municípios com a pressa de atender a mulher que está sendo ameaçada, até mesmo os  
 285 profissionais acabam recebendo ameaças, ao fazer o encaminhamento para outra unidade, pois os municípios  
 286 de pequeno porte não têm unidades de acolhimento, procuram as vagas do estado e é feito esse acolhimento,  
 287 podendo acontecer de não preparar a mulher para a unidade de acolhimento; às vezes em termo de saúde  
 288 mental, por exemplo se a mulher tem dependência química ou se tem um sofrimento mental, o acolhimento  
 289 deve ter todo esse contexto para que se possa preparar para tudo isso durante o período prévio; então a saúde  
 290 mental das mulheres em situação de violência dentro dos equipamentos deverá ser muito bem trabalhada e  
 291 cuidada para evitar a revitimização da mulher. Taisa diz ter achado muito interessante e fundamental essa  
 292 proposta e que gostaria de conhecer mais o projeto pedindo para disponibilizar para leitura e também  
 293 convidar o CRAM para explicar um pouco. Taisa continua sua fala dizendo que nas visitas que foram feitas à  
 294 equipamentos, foi visitado um acolhimento voltado para mulheres em situação de rua e uma das ações era a

295 vinculação com o CAPS quando necessário. Rosane informa que uma mulher em violência será atendida por  
296 uma rede intersetorial, mas nem sempre uma pessoa que está em situação de violência está em sofrimento  
297 metal para o acompanhamento terapêutico. João Victor insere o link do CRAM  
298 (<https://www.justica.pr.gov.br/Pagina/Centro-de-Referencia-de-Atendimento-Mulher-CRAM>). Dulce  
299 informa que houve uma época que o CRAM tinha uma parceria com a DP e que existem encaminhamentos  
300 jurídicos, caso seja necessário, para a mulher atendida. Dulce informa que no CRAM começaram a fazer  
301 atendimentos com o agressor também, pois muitas vezes as mulheres atendidas querem permanecer no  
302 relacionamento apesar da agressão, podendo ser necessário ou não, o distanciamento. Esse atendimento é na  
303 medida em que o próprio agressor for permitindo. Patrícia compartilha no chat como funcionam os CRAM's,  
304 que recebeu do Departamento da Mulher. Dulce explica que essa é uma porta que está sendo aberta, e após  
305 termos a experiência em Curitiba há a possibilidade de parcerias com os CRAMs de outros municípios,  
306 através de termos de cooperação técnica. Taísa considera fundamental essa parceria, pois está faltando  
307 profissionais da área de psicologia dentro dos equipamentos para a população em situação de rua, ficando na  
308 expectativa do funcionamento. Dulce infere que isso é um avanço ao atendimento a mulher em situação de  
309 rua, já iniciado com a Campanha do Comitê, com o Cartaz direcionado para a mulher em situação de rua e a  
310 grávida em situação de rua, e o Termo de Cooperação Técnica vem fortalecer a Campanha já iniciada em  
311 favor da mulher PSR, sendo este segmento a escolha desse ano. Deus vai abrindo portas e o anseio de todos  
312 nós é que esse atendimento seja para a melhoria da qualidade de vida, a promoção e defesa dos direitos  
313 humanos de cada cada mulher PSR. Dulce finaliza sua explanação, expondo conforme o pedido do Pleno,  
314 que irá convidar o Departamento da Mulher para a próxima reunião do CIAMP para explanação do CRAM.  
315 Dulce fala também sobre a Sra. Grace, que é diretora do Departamento da POP Rua em Curitiba, possui  
316 muitos projetos novos que estão implementando, em benefício da população em situação de rua do município  
317 de Curitiba, e que se disponibilizou a fazer a apresentação dos novos projetos da FAS para a PSR. Verá se  
318 poderão estar presente na próxima reunião. Sem mais manifestações, passado para o próximo ponto de pauta.  
319 **06.1 Ofício criança e adolescente;** Dulce informa que encaminhou três minutas de ofícios para o  
320 conhecimento de todos, para os quais contou com a colaboração de técnica do DPCA e de técnica do DAS,  
321 pois eles têm conhecimento do funcionamento dos conselhos tutelares e das diretrizes para o atendimentos da  
322 criança e do adolescente. Informa que a previsão, é encaminhar um dos ofícios para o Presidente do  
323 Conselho da Criança e do Adolescente, outro para os Prefeitos e outro para os Conselhos Tutelares. Dulce  
324 então expõe sua dúvida à plenária se deve encaminhar somente aos Conselhos Tutelares dos municípios  
325 cofinanciados pelo fundo da assistência social (FEAS) - ou se devemos ampliar para todos os municípios do  
326 Paraná. Dulce conversou com o DPCA que considera que deve-se enviar a todos os municípios para  
327 sensibilizá-los, mesmo que não sejam cofinanciados, não estando portanto na cartilha. Nazaré concorda que  
328 sejam para todos os municípios do Paraná. Matheus leu os ofícios e concorda com a Nazaré, trazendo que a  
329 DP acha interessante indicar, para caráter de sensibilização, encaminhar a todos os municípios e conselhos e  
330 a inserção de todos os diplomas legais que temos atualmente que tratam sobre população em situação de rua  
331 como um todo, como no caso a Resolução 40/2020 (CNDH) e 425/2021 (CNJ) sendo específicos sobre  
332 crianças em situação de rua, existindo normas que colocam exigências específicas em como deve ser a  
333 atuação com crianças em situação de rua, em acolhimento. Dulce o responde dizendo que pode ser  
334 adicionado, desde que não seja muito longo. Matheus diz que apenas dois parágrafos já bastariam. Dulce  
335 concorda, desde que Matheus envie suas sugestões o quanto antes. Dulce complementa que serão então  
336 enviados aos prefeitos, conselhos tutelares e finalizando, ao presidente do CEDCA, este último também  
337 informando o cumprimento e as metas da execução de ação prevista no Plano de Trabalho de 2022 do  
338 CIAMP, bem como o previsto para o Plano Estadual do CEDCA. Matheus solicitou ofício editável para  
339 Dulce, para ele inserir suas considerações, Dulce encaminhará via e-mail do NUCIDH. Taísa considera  
340 fundamental encaminhar a todos os municípios. Dulce coloca em votação: Dulce, Patrícia Tortato, Patrícia  
341 Kwiatkoski, Nazaré, João Victor, Rosane (SESA), dando seis votos, **aprovado**. Indo ao próximo ponto de  
342 pauta, **07. Informe Eleições CIAMP – SEJUF:** Dulce informa que a reunião fora dia 10.10.2022 com 24



COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO  
E MONITORAMENTO DA POLÍTICA DA POPULAÇÃO EM  
SITUAÇÃO DE RUA DO ESTADO DO PARANÁ

20  
343 regionais para quem faz parte da comissão: SEJUF (Dulce, João, Angélica), Ministério Público (Giovana K.),  
344 Movimento (Leonildo e Carlos) e complementa que não houve o comparecimento de Giovana (duplicidade  
345 de agenda), nem a presença de Leonildo e Carlos, restando apenas a SEJUF para fazer a reunião com os  
346 escritórios regionais. Segundo a coordenação dos escritórios regionais a reunião foi um sucesso, pois os vinte  
347 e quatro escritórios regionais compareceram do início até o final, com a presença de 44 técnicos, muitos se  
348 interessaram e ficaram sensibilizados. Houve apenas uma proposta de alteração na primeira macrorregião, já  
349 passada para a Giovana. Os 24 ERs foram divididos em quatro macrorregionais. Ainda não é possível lançar  
350 o Edital de Eleição pois espera-se pela assinatura da alteração do decreto que está na casa civil desde o dia  
351 05.05.2022 e ainda não foi assinado. Dulce entra em contato quase todos os dias para a Casa Civil em busca  
352 de uma resposta. Assim que assinado, será enviado para a Comissão a via do edital que está sendo finalizado,  
353 e depois de aprovado pela Comissão e pelo CIAMP, será publicado. A Minuta do Edital foi disponibilizada  
354 no drive do google, para que os membros da Comissão possam acessar e colocar suas sugestões. O MP têm  
355 feito algumas sugestões. Mas do MNPR não recebemos nada até o momento. Assim que aprovado pela  
356 Comissão de Eleição, será chamada uma Reunião extraordinária do CIAMP especificamente para a  
357 aprovação do edital, sendo em seguida publicado no Diário Oficial para então ser enviados aos escritórios  
358 regionais para começo dos trabalhos. Giovana diz que tem tentado conversar com o Leonildo para repasse de  
359 informação e que irá marcar uma reunião com o mesmo para que ele acompanhe o processo. Dulce informa  
360 que assim que chegar o decreto passará para todos para realizarem uma reunião e pergunta se tiveram  
361 oportunidade de lerem, se há alguma alteração. Matheus pede o protocolo para acompanhar, assim como  
362 Giovana, Dulce repassará a eles. Finalizando este informe, Dulce segue para o ponto de pauta **07.1.**  
363 **Declaração Tenente Azolini:** Dulce perguntou se todos tiveram oportunidade de acesso ao livro do Ten.  
364 Azolini (enviado em 23 de março de 2021 por e-mail), perguntando se os presentes querem mencionar algo a  
365 respeito da declaração curricular do Ten. Azolini. João Victor fala que está com acesso e leu uma parte do  
366 livro, porém é importante pensar que a partir do momento que colocamos uma referência do CIAMP fica a  
367 entender que todas as instituições estão de acordo; contudo é necessária uma análise, do CRP, por exemplo, e  
368 ver se todos estão de acordo com a representação, pois se validado, passa a ter a responsabilidade também do  
369 CRP como conselho, e diz também que se for uma aprovação imediata estão em desacordo, porém se for em  
370 longo prazo poderão mudar de opinião. Dulce explica que o tenente Danilo pede uma declaração ao CIAMP  
371 para que o CIAMP dê o aval para seja uma indicação de estudo da população em situação de rua e explica  
372 que essa seria uma, entre outras, referência de estudo desenvolvida, sendo um dos nichos, como a rede que  
373 atende os vulneráveis dentro da PSR, descrito no livro o nicho com assuntos de segurança pública e direitos  
374 humanos e está sendo indicado para cadetes da SESP e demais da academia da SESP. Dulce pede ao plenário  
375 se pode indicar no currículo em referência ao comitê; e pede então estipular uma data para a análise. Matheus  
376 informa que o livro está disponível para aquisição, de forma impressa e digital, não estando gratuito; e  
377 gostaria de analisar a obra para saber a possibilidade de indicar como CIAMP as informações contidas no  
378 mesmo. Dulce explica que o livro fora recebido em pdf, porém hoje não está mais no portal do CIAMP  
379 devido ter ido para a editora, pela questão de direitos autorais. Dulce verificará com o Tenente Azolini, se há  
380 a possibilidade de enviar esse material ao comitê para análise. **08. Informes de Membros e gerais:** sem  
381 informes. **09. Encerramento:** Dulce se despede e deseja uma excelente semana a todos. Os demais se  
382 despedem. Memória lavrada por Ana Leticia e revisada por Dulce Darolt. Memória aprovada pelo pleno do  
383 CIAMP RUA/PR.